APUBH

INFORME

Nº 28 – 28/11/84

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE



A proposta inicial de congresso, levantada na paralisação do dia 25, se transformou em encontro e depois em seminário, devido às dificuldades de organização. Mas a vontade de debater a democratização da universidade não mudou nem perdeu a importância.

O seminário será aberto na noite do dia 6 de dezembro, com a presença como expositor do professor Aluisio Pimenta, que lança no dia 30 o livro "A Universidade – destruição de uma experiência Democrática".

O dia seguinte – 7 de dezembro, será todo dedicado às discussões, enriquecidas por textos e artigos selecionados pela comissão organizadora, que serão previamente distribuídos aos inscritos. As inscrições podem ser feitas na sede da APUBH ou pelo telefone 201-9470 até o dia 5 de dezembro. O seminário será realizado na escola de Medicina e é aberto a professores, alunos e funcionários. A idéia é que ele seja seguido de outros, para discutir novos temas e contribuir para o aprofundamento das questões da universidade pública.

TANCREDO NEVES

QUE O DISCURSO SE CONCRETIZE

Se depender somente do discurso de Tancredo Neves no último dia 22, na UNB, para professores e alunos, os grandes problemas da universidade pública serão, pelo menos, enfrentados. O candidato da Aliança Democrática conclamou toda a nação para "um grande debate sobre a educação no país", incluindo todos os segmentos da sociedade, entre elas as entidades representativas dos docentes, servidores e estudantes para formular uma política nacional para o setor. Ele acrescentou que os instrumentos políticos, jurídicos e institucionais para tal debate serão oferecidos pela mobilização nacional que se fará para uma assembléia nacional constituinte em 1986. Se ele for eleito, logicamente.

No longo discurso de 13 laudas, Tancredo Neves reconheceu o sistemático corte de recursos financeiros, que conduziram a universidade a "um estado lamentável de penúria, absolutamente incompatível com um projeto de Brasil livre e democrático".

Tancredo enumerou os problemas maiores da universidade hoje: – esvaziamento de seus quadros, devido ao estrangulamento das finanças, rebaixando a qualidade e a produtividade da pesquisa; a compressão dos salários dos professores e dos funcionários técnico-administrativos, a desatualização das bibliotecas e inadequada manutenção dos laboratórios, além da paralisação das pesquisas e inviabilização da geração de novas tecnologias.

Para enfrentar estas questões, o candidato presidencial propôs uma substancial e efetiva modificação no quadro dos orçamentos da universidade pública, a começar pela aplicação da emenda João Calmon.

SALÁRIOS

Ele enfatizou bastante a questão salarial, afirmando que os atuais padrões de remuneração, notadamente nas autárquicas, são precários. Tancredo prometeu envidar esforços para recuperar a competitividade dos padrões de remuneração, atingindo um justo equilíbrio entre os níveis salariais das autárquicas e fundacionais, "resguardando-se contudo, as conquistas trabalhistas obtidas nas instituições fundacionais".

Ao classificar a educação como necessidade nacional prioritária, Tancredo defendeu o ensino público e gratuito, o incentivo ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e ampliação do número de vagas, na universidade pública, para que ela deixe de ser "um privilégio de alguns poucos que têm a fortuna de alcançá-la". Para isto ocorrer, o candidato defendeu a universidade federal "efetivamente gratuita e integralmente mantida pelos poderes públicos".

Tancredo abordou ainda a questão das universidades privadas, dizendo que elas devem ser fiscalizadas para que os padrões mínimos de qualidade do ensino sejam mantidos.

DEMOCRATIZAÇÃO

Em outra parte do discurso, Tancredo Neves frisou a necessidade de renovação da atual estrutura da universidade, "dotando-a de canais de comunicação e de representação dos segmentos que a compõem e das diversas categorias sociais". Falou na necessidade de modernização da administração e autonomia acadêmica, administrativa e financeira, que propiciem "o exercício responsável de suas atribuições na definição de cursos, dos currículos e dos processos de seleção de estudantes"

Um dado que precisa ser registrado foi a vaia recebida pelo candidato quando se esquivou de tratar da legalização da UNE, afirmando que a questão estava sub-júdice. Mas não há dúvida que esta

é uma questão que ele terá que abordar, se eleito.

ANDES

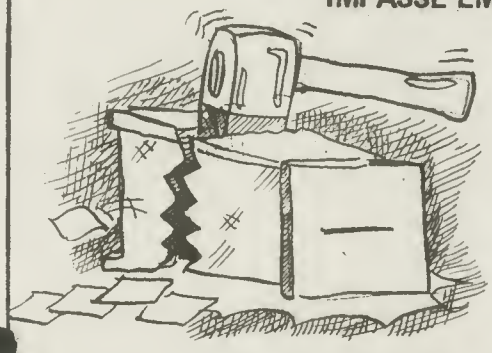
Em seu discurso, a presidente da ANDES, Maria José Feres, descreveu o quadro caótico e deprimente hoje vivido pela educação superior e criticou a postura intransigente do governo diante das reivindicações dos professores e servidores na última greve.

Ao explicar as propostas de mudança dos professores, Maria José ressaltou que não se pretende apresentar um modelo acabado, mas sim definir "os princípios básicos que devem nortear um processo de transformação da universidade, articulado ao reordenamento democrático das instituições".

Durante o debate, no qual apenas representantes de duas universidades autárquicas, duas fundacionais e duas privadas puderam falar em função da exiguidade do tempo, Tancredo mais ou menos repetiu suas proposições. Só que lembrou que receberá o governo (se eleito) com o orçamento de 1985 já definido e em andamento, o que impede qualquer compromisso em relação às reivindicações emergenciais dos docentes quanto a salários. Mas, novamente, se propôs a discutir a questão com as entidades representativas.

Considerando que foi a primeira vez que os professores discutem com um candidato à presidência sua realidade e suas reivindicações, a APUBH decidiu publicar uma edição especial de **Novos Caminhos**, *com a íntegra dos discursos de Tancredo Neves, Maria José Feres, Francisco Ibanez, presidente da ADUNB, bem como os debates que a eles se seguiram. O caderno deverá ficar pronto na abertura do Seminário Universitário, no dia 6 de dezembro, e será distribuído gratuitamente aos associados da entidade.*

IMPASSE EM JUIZ DE FORA



Cercados pela segurança da Universidade de Juiz de Fora, no melhor estilo malufista, o Conselho Universitário não conseguiu indicar mais do que dois nomes da lista sêxtupla para reitores, a ser encaminhada ao governo, mesmo depois da realização de 11 escrutínios. E o pior foi que dos nomes aprovados, o primeiro nem foi eleito nas eleições diretas realizadas pela comunidade universitária e o segundo foi o terceiro colocado no processo eleitoral direto.

Diante do fato, professores, alunos e funcionários realizaram uma assembléia com mais de 1500 presentes no dia 27, exigindo que os dois indicados renunciem e o processo de seleção seja reaberto.

Seria tão mais simples se o Conselho simplesmente referendasse o resultado das urnas . . .

IV CONGRESSO DA ANDES

Vem aí o 4º Congresso da Andes. Será em Vitória, dos dias 25 de fevereiro a 01 de março de 85. A APUBH tem direito de enviar 9 delegados, de acordo com o número de sócios. Pela óbvia importância e representatividade deste forum de debates, a APUBH pretende realizar discussões com os associados antes da eleição (direta) dos delegados.

A SILENCIOSA MINISTRA

Pela quarta vez, a ANDES vai protocolar novo pedido de audiência com a ministra da Educação, Esther de Figueiredo, que até hoje não se dignou a responder as solicitações anteriores. Com isto, a entidade nacional dos professores tem sido mantida praticamente à margem das decisões tomadas pelo MEC, recebendo notícias apenas pela imprensa.

Os exemplos são muitos, sendo talvez o mais grave a proposta de reajuste diferenciado para os professores autárquicos. A última notícia obtida na imprensa é de que o reajuste poderia sair integralmente em janeiro, variando de 25 a 30%, dependendo da base de equiparação (UNB ou a média das fundações). Oficialmente não se sabe de nada.

Caso o pedido da ANDES seja atendido, será entregue à ministra um documento, com cópias à Seplan e Casa Civil, recolocando nossas reivindicações, retroativamente a setembro de 84, com os cálculos atualizados.

Estas decisões foram tomadas no Encontro das AD's em Brasília, nos dias 21, 22, e 23 de novembro, por ocasião do debate com Tancredo Neves na UNB, estando presentes 22 entidades de professores.

No encontro foi também discutido a posição do CRUB, que vem mantendo completo silêncio desde que o MEC ignorou o trabalho realizado pela Comissão de Alto Nível, a respeito das reivindicações dos professores e servidores e da questão de verbas para a Universidade. A ANDES vai insistir com o CRUB, cobrando um pronunciamento público até o dia 30, o que contribuiria para pressionar o Congresso antes do recesso do final do ano. Se isto não ocorrer, o movimento docente vai então se posicionar, criticando a omissão do Conselho de Reitores. Foi bastante lembrado no encontro o receio das AD's, manifestado no final da greve, de que a formação da Comissão de Alto Nível poderia ser apenas mais uma manobra proletária do MEC.

No encontro das AD's foi avaliado o pique do movimento, ficando claro que, no geral, existem poucas esperanças de qualquer mudança significativa neste final de governo.

PROJETO DE AUTONOMIA

Outro exemplo da falta de comunicação do MEC com as entidades docentes se verifica no caso da proposta de autonomia universitária. A Folha de São Paulo publicou, na edição de 13 de novembro, notícia de que a Ministra iria entregar naquele dia ao presidente Figueiredo o projeto de autonomia das universidades federais autárquicas, elaborado pela Secretaria de Educação Superior. A ANDES então entrou em contato com o MEC e, por telefone, ficou sabendo do secretário da SESU, professor Hélio Barros, que tal projeto ainda não existe.

Segundo o secretário, a ministra discutiu com Figueiredo a intenção de conceder mais autonomia às universidades e ele gostou da idéia. Diante disso, a mesma comissão que estudou o documento do CRUB e elaborou a resposta da ministra àquele Conselho deverá ser acionada para reunir as várias sugestões e elaborar um projeto de lei sobre autonomia. O MEC pretende enviá-lo ao Congresso Nacional até o final do ano e, contando com a provável prorrogação de suas atividades, aprová-lo ainda no governo Figueiredo.

A ANDES questionou a pressa do MEC, reivindicando que o assunto passasse por discussão na comunidade universitária. O professor Barros informou que a ministra pretendia cumprir sua promessa, feita ao CRUB, de dar uma solução definitiva para a questão e que as universidades poderão discutir o assunto em dezembro, janeiro e fevereiro, já que estarão em aulas.

Por fim, ele acrescentou que não via riscos na proposta, pois todos os problemas poderiam ser resolvidos no âmbito do Congresso Nacional, local privilegiado, segundo ele, para um amplo debate sobre o assunto. Ele não quis adiantar nenhum detalhe sobre o conteúdo, informando apenas que o objetivo é conceder uma autonomia mais clara, resgatando o que já existe hoje em termos de lei mas não é cumprido.